



PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência de caráter essencialmente prático. Ao longo dos anos, diversos critérios foram desenvolvidos, diversas opções foram efetuadas, numa tentativa de normalizar e de se chegar a uma melhor forma de controlar o patrimônio de uma entidade. Assim, os princípios são a exteriorização de critérios aceitos pela maioria dos contadores.

Princípios contábeis podem ser conceituados como sendo as premissas básicas acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional.

Considerando o patrimônio da entidade como objeto da contabilidade são identificados seis princípios¹ da contabilidade que são:

- 1 - Princípio da Entidade
- 2 - Princípio da Continuidade
- 3 - Princípio da Oportunidade
- 4 - Princípio do Registro pelo valor original
- 5 - Princípio da Competência
- 6 - Princípio da Prudência

¹ O estudo destes princípios é de relevante importância para a execução de trabalhos que envolvam a contabilidade, pois todas as empresas que sofreram algum tipo de atuação certamente deixaram de obedecer a um ou mais dos Princípios de Contabilidade.



Vamos analisar cada um desses enunciados aplicados a contabilidade:

- **Princípio da Entidade**

O princípio da entidade faz referência ao patrimônio que será administrado, estudado, avaliado, constituindo-se em elemento autônomo em relação aos detentores do capital aplicado, nesse mesmo patrimônio e, como se diz com frequência, o patrimônio dos sócios não se confunde com o da empresa².

- **Princípio da Continuidade**

Os procedimentos contábeis devem considerar a continuidade dos negócios da entidade, uma vez que esses negócios se renovam por meio de seu ciclo de operações e investimentos.

- **Princípio da Oportunidade**

A integridade dos registros é de fundamental importância para a análise dos elementos patrimoniais, pois todos os fatos contábeis devem ser registrados, incluindo os das filiais, sucursais e demais dependências de uma mesma entidade³.

- **Princípio do Registro pelo Valor Original**

Em verdade, este comportamento reza que os elementos patrimoniais devem ser registrados pelo valor originados nas transações com os agentes externos a entidade e em moeda corrente do País, não se elevando em conta os valores futuros de entradas ou de saídas. Qualquer variação patrimonial deverá ser reconhecida no momento de sua ocorrência e não do momento da entrada dos elementos patrimoniais⁴.

² É por este motivo que a Receita Federal solicita aos contribuintes duas declarações de renda: uma da pessoa física e outra da pessoa jurídica.

³ Este princípio tem muito a ver com o da Tempestividade, pois implica registrar os fatos contábeis quando eles acontecem.

⁴ Quando as transações forem realizadas em moedas estrangeiras as mesmas deverão ser convertidas para a moeda corrente em nosso país para a efetivação de seu registro contábil.



- **Princípio da Competência**

Por este princípio entende-se que as receitas e as despesas devem ser consideradas para a apuração do resultado do período a que se referirem e no momento de sua ocorrência. Não importa momento que a receita foi recebida ou o momento em que a despesa foi paga.

Para a determinação do resultado do período a realização da receita deve ser reconhecida quando bens ou serviços são transferidos a terceiros. As despesas devem ser registradas dentro do período e quando são consumidas. É muito comum a aplicação do regime de caixa em entidades de pequeno porte ou aquelas não contidas no regime da LSA Lei das Sociedades por Ações.

Pelo regime de caixa interessa somente o momento do recebimento da receita (entrada de dinheiro) e do pagamento da despesa (saída de dinheiro). Este tipo de regime é muito aplicado em entidades com finalidades ideais tais como: associações de caridade, religiosas, clubes e em empresas que são dispensadas da escrituração contábil e comercial⁵.

- **Princípio da Prudência**

O princípio da prudência deve ser observado quando surgirem dúvida sobre a correção dos valores a serem registrados. Devemos reconhecer o menor valor para o ativo e o maior valor para o passivo.

É evidente que os princípios fundamentais da contabilidade devem ser observado por todos os profissionais que militam na atividade contábil, pois sua inobservância constitui infração as seguintes leis

Código de Ética Profissional do Contabilista

Resoluções [750/93](#), [774/94](#),

Leis [6406/76](#), alterada pela lei 10.303/01 e lei 9249/95.

http://www.youtube.com/watch?v=cazVB8wbk_U&NR=1

⁵ As microempresas por serem dispensadas de escrituração para fins fiscais pela receita federal. É comum os contabilistas usarem este regime para escrituração. Entretanto mesmo que por facilidade deverão observar os Princípios de Contabilidade e, entre estes o princípio da competência, não efetuando os registros contábeis em bases de regime de caixa.



CONVENÇÕES CONTÁBEIS

Dentro da ampla margem de liberdade que os princípios permitem ao contador, no registro das operações, as convenções vêm restringir ou limitar ou mesmo modificar parcialmente os conteúdos dos princípios, definidos mais precisamente seu significado. Hoje dentro da contabilidade temos:

1. A Convenção da Consistência;
2. A Convenção do Conservadorismo;
3. A Convenção da Materialidade;
4. A Convenção da Objetividade.

1. A Convenção da Consistência.

Assim, a Convenção da Consistência nos diz que, uma vez adotado determinado processo, dentre os vários possíveis que podem atender a um mesmo princípio geral, ele não devesse ser mudado com demasiada frequência, pois assim estaria sendo prejudicada a comparabilidade dos relatórios contábeis. Se, por exemplo, for adotado o método **PEPS** para avaliação de estoques, em lugar do **UEPS** (ambos atendem ao mesmo princípio geral, isto é, "Custo Como Base de Valor"), deverá ser usado sempre o método nos outros períodos. E se houver a necessidade inadiável de se adotar outro critério, esta adoção e seus efeitos no resultado devem ser declarados como nota de rodapé dos relatórios, de maneira a cientificar o leitor⁶.

⁶ Aceitamos como perfeitamente válida esta convenção, pois sua finalidade é reduzir a área de inconsistência entre relatórios de uma mesma empresa, contribuindo, de certa forma, para um progresso mais rápido rumo à padronização e unificação contábeis, dentro do mesmo setor de atividade.



2. A Convenção do Conservadorismo.

Esta Convenção consiste em que, por motivos de precaução, sempre que o contador se defrontar com alternativas igualmente válidas de atribuir valores diferentes a um elemento do **ativo** (ou do **passivo**), deverá optar pelo mais baixo para o ativo e pelo mais alto para o passivo. Se, por exemplo, o valor de mercado do inventário final de mercadorias for inferior ao valor de custo, deverá ser escolhido o valor de mercado, por ser o mais baixo.

Esta é uma convenção que modifica o princípio geral do Custo Como Base de Valor. A regra “Custo ou Mercado o Mais Baixo” está intimamente ligada ao conservadorismo. Em outras palavras, o custo é à base de valor para a contabilidade, mas, se o valor de mercado for inferior ao de custo, adotaremos o valor de mercado.

Embora certa dose de conservadorismo, no bom sentido do termo, não seja de todo desprezível, a adoção irrestrita dessa convenção, em todas as situações, pode torna-se um meio seguro de impedir o progresso da teoria contábil, criando problemas para as empresas, pois, ao se reverterem as causas que deram origem à aplicação do conservadorismo sem abandonar a convenção, perde-se o controle de seus impactos nos resultados.

3. A Convenção da Materialidade.

Esta Convenção reza que, a fim de evitar desperdício de tempo e de dinheiro, deve-se registrar na Contabilidade apenas os eventos dignos de atenção e na ocasião oportuna. Por exemplo, sempre que os empregados do escritório se utilizam papeis e impresso da firma registra-se uma diminuição do ativo da empresa, diminuição esta que poderia teoricamente ser lançada nos registros contábeis à medida de sua ocorrência. Entretanto, isto não é feito, pela irrelevância da operação, e a despesa só é apurada no fim do período por diferença de estoques.



O julgamento quanto à materialidade também se relaciona com qual informação devemos evidenciar cuja exclusão dos relatórios publicados poderia levar o leitor a conclusões inadequadas sobre resultados e as tendências da empresa. Normalmente, materialidade e relevância andam juntas. Entretanto, algo pode ser imaterial de per se, ainda assim, relevante. Por exemplo, se todo mês descobrimos uma diferença de cerca de \$1 no **Balancete de Verificação do Razão**, o fato em si pode ser imaterial, mas, pela repetição pode ser relevante no sentido de apontar eventuais problemas no sistema contábil. O fato de a diferença ter sido pequena pode dever-se ao caso.

4. A Convenção da Objetividade.

Esta convenção pode ser explicada da melhor forma possível através do exemplo que, a seguir, será relatado. Suponha-se que o Contador, para a avaliação de um certo bem, dispusesse de duas fontes, a saber: A fatura relativa à compra do bem e o laudo do maior especialista mundial em avaliação. Deverá escolher, como o valor de registro, o indicado na fatura. Entre um critério subjetivo de valor, mesmo ponderável, e outro objetivo, o contador devesse optar pela hipótese mais objetiva. A finalidade desta convenção é eliminar ou restringir áreas de excessivo liberalismo na escolha de critérios, principalmente de valor. Em tese, é uma convenção que contém seus méritos. Entretanto, seria necessário definir de forma mais precisa o que vem ser objetividade.

Em suma, nem só o que é material, palpável, tem a qualidade de ser objetivo. Mesmo porque objetividade atribuída a tais elementos é uma imagem criada pela nossa mente, que se utiliza, assim, do julgamento. Portanto, um julgamento pode ser objetivo também, profissionalmente.

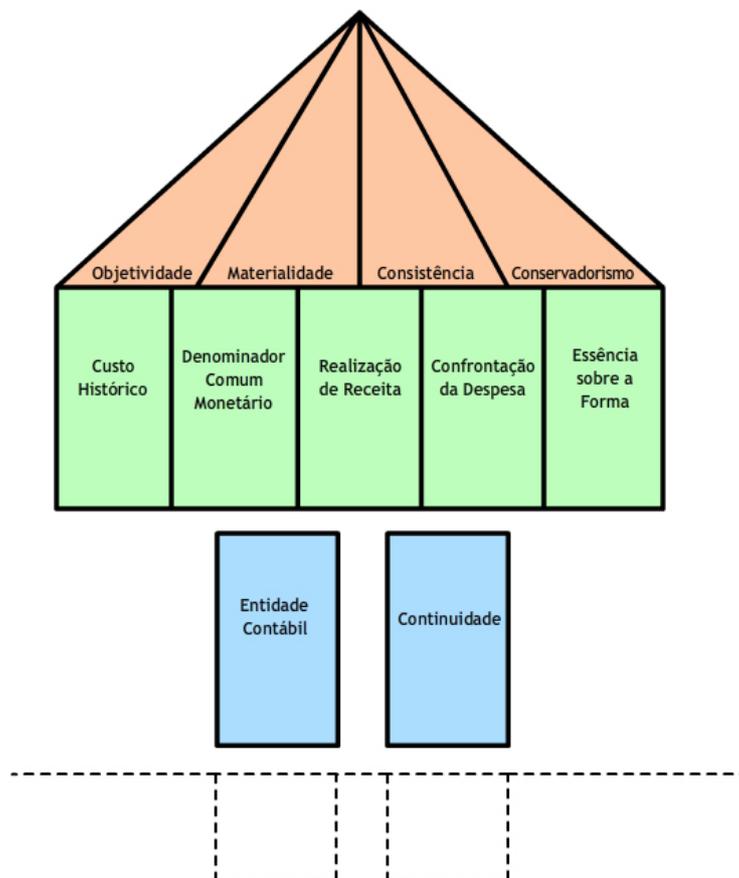


Enfim, o que se pode dizer é que a contabilidade é governada por um conjunto de leis de formação, as chamadas de Princípios da contabilidade, que servem para deixarmos mais fácil a utilização da contabilidade no dia a dia.

As leis da Contabilidade representam as teorias da ciência da contabilidade facilitando a utilização da mesma, no seu objetivo que é estudar os bens e direitos de uma empresa.

Edifício Contábil

Ainda que não pareça, o alicerce é a parte principal da construção, mesmo que as paredes ou telhados sofram mudanças não afetam a estrutura do prédio. Na ilustração existem duas colunas que sustentam todo o edifício; esses dois pilares que são aprofundados no solo, correspondem ao alicerce, a base do edifício, representado na teoria da contabilidade pelos postulados.⁷



⁷ Numa enunciação axiomática da Teoria da Contabilidade, os **postulados ambientais** seriam os próprios Postulados ou Axiomas; os **princípios** seriam os Teoremas; e as **convenções - restrições** seriam os Corolários.